

Reguladores de comunicações e energia assinam agenda para a cooperação

CABO VERDE



09/07/09, 11:55

OJE/Lusa

Duas das mais importantes agências de regulação lusófonas assinaram ontem, na Cidade da Praia, uma agenda para a cooperação entre reguladores de Comunicações e Telecomunicações e de Energia.

O acordo foi assinado pelas associações de reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP) e de Comunicações e Telecomunicações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (ARCTEL/CPLP) durante a II Conferência da RELOP, que ontem terminou na capital cabo-verdiana.

Em declarações à Agência Lusa, Filipe Baptista, vice-presidente de ARCTEL-CPLP, e Vítor Santos, presidente da RELOP e também da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) de Portugal, consideraram que o protocolo constitui um "fórum consultivo e de reflexão" para promover a análise de questões de políticas, estratégias e matérias regulamentares dos dois sectores.

"A questão da convergência tecnológica, designadamente a possibilidade de as redes de comunicações poderem suportar-se nas redes energéticas e como catalisador para o desenvolvimento são as principais ideias a reter", sublinhou Filipe Baptista.

O vice-presidente da ARCTEL-CPLP lembrou, a título de exemplo, a redução substancial de custos em investimentos em infra-estruturas se se tiver em conta que as redes eléctricas e de telecomunicações foram integradas de forma convergente.

Por outro lado, lembrou que se trata de um fórum "privilegiado" para a troca de experiências regulatórias e modelos de regulação, tendo em conta a dependência energética de África em contraponto à necessidade de acesso às comunicações.

A II Conferência da RELOP, iniciada terça-feira e antecedida, na véspera, pela II Assembleia-Geral, reconduziu Vítor Santos como presidente da organização por mais um ano, até à realização da próxima reunião, no Brasil, em 2010.

Paralelamente, registou-se a adesão de entidades reguladoras de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, elevando para seis os países da CPLP que estão na RELOP, deixando de fora a Guiné-Bissau e Timor-Leste, que ainda não dispõem de organizações nessa área.

Com a adesão do Conselho Nacional de Electricidade (CNELEC) de Moçambique e da Autoridade Geral de Regulação (AGER) de São Tomé e Príncipe, a RELOP - que criou entretanto o site www.relop.org - passa a contar com sete entidades, que reivindicaram maior independência do poder político.

Além da ERSE, AGER e CNELEC, a RELOP integra também a Agência Nacional de Energia Eléctrica (ANEEL) e Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ambas do Brasil, o Instituto Regulador do Sector Eléctrico (IRSE) de Angola, e a Agência de Regulação Económica (ARE) de Cabo Verde, que organizou a conferência.

Na sessão de encerramento, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros cabo-verdiano, José Borges, em substituição do primeiro-ministro José Maria Neves, garantiu que a questão da regulação no sector da Energia será levada, por Cabo Verde, à próxima reunião do Conselho de Ministros da CPLP, que decorrerá a 19 e 20 deste mês na Cidade da Praia.